



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/11/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	2
1.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	5 - 7
2.2. DECISÕES.....	8 - 9
2.3. SEM ASSUNTO.....	10 - 11
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	12
3.2. DECISÕES.....	13
3.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	14 - 15
3.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	17
4.2. PRESIDÊNCIA.....	18 - 19
4.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	20 - 23
5. JORNAL EXTRA	
5.1. COMARCAS.....	24
5.2. DECISÕES.....	25
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JUÍZES.....	26
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. COMARCAS.....	27
7.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	28
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	29 - 33
8.2. PRESIDÊNCIA.....	34
8.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	35

TAM é condenada a indenizar passageiro por atraso injustificado

Anildes Cruz disse que a questão envolve relação de consumo



A TAM Linhas Aéreas foi condenada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a um advogado que perdeu a abertura de um congresso nacional da classe, chegando com 12 horas de atraso ao local do evento, realizado em 2008, na cidade de Natal (RN).

A decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

do Maranhão (TJMA) foi favorável em parte ao recurso de apelação do passageiro, elevando o valor da indenização, antes fixado em R\$ 3.500,00 pela Justiça de 1º grau. O entendimento unânime do órgão colegiado foi de que houve atraso injustificado do voo referente à escala São Luís/Fortaleza.

A desembargadora

Anildes Cruz (relatora) frisou que a responsabilidade da empresa é objetiva na situação, por envolver relação de consumo na modalidade de prestação de serviço público, conduzindo à aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Os desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Raimundo Barros concordaram com o valor fixado para pagamento dos danos morais.

De acordo com a ação original, o autor se inscreveu na XX Conferência Nacional dos Advogados, entre os dias 11 e 15 de novembro de 2008. Em seguida adquiriu passagem aérea da TAM, com destino a Natal. O voo partiria às 9h50 do dia 11, com destino a Fortaleza, onde o passageiro tomaria outro avião, com chegada prevista para as 14h na

capital potiguar.

Atraso- O advogado alegou que, quando já se encontrava no aeroporto de São Luís, foi informado de que, em razão de um suposto atraso do voo para a capital cearense, perderia a conexão Fortaleza/Natal.

O passageiro disse ter sido obrigado a tomar outro avião, com destino a Recife, onde deveria esperar por mais de sete horas a conexão para Natal. Afirmou ter chegado ao destino final com mais de 12 horas de atraso.

A TAM contestou os argumentos apresentados pelo autor da ação em primeira instância, por entender ter demonstrado que o cancelamento do voo se deu por motivos alheios à vontade da empresa e que o passageiro não teria conseguido apontar danos morais indenizáveis.

Plantão judiciário funcionará hoje e amanhã

As atividades judiciais do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça serão suspensas nesta quinta-feira (15) - Dia da Proclamação da República - e na sexta (16), ponto facultativo em São Luís e nas comarcas do Estado.

Nesses dois dias funcionará apenas o plantão judiciário para recebimento de demandas de caráter urgente das áreas cível e criminal. Ficam suspensos os prazos processuais, sendo retomados no primeiro dia útil subsequente.

Responderá pelo plantão do 2º grau o desembargador Raimundo Melo. Os servidores plantonistas serão José de Jesus Costa (analista judicial) e Jean Gustavo Reis Algarves de Souza (oficial de justiça). O plantão funcionará com o seguinte telefone: (98) 8866-9274.

A suspensão do expediente forense nos dias 15 e 16 de novembro foi estabelecida pelo Ato da Presidência nº 991/2011, que relaciona os feriados nos órgãos do Poder Judiciário em 2012.

Pág. 4

Centros vão fazer acordos judiciais



⇒ Desembargadores Cleones Cunha e José Luiz Almeida instalaram os centros

Centros vão fazer acordos judiciais

Desembargadores Cleones Cunha e José Luiz Almeida instalaram os centros



O Poder Judiciário instalou nessa terça-feira (13) mais dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, desta vez nos campi I (Renascença II) e II (Cohama) do Uniceuma. Já estão em funcionamento os centros da Rua do Egito e do Fórum "Desembargador Sarney Costa" (Calhau), entregues segunda-feira (12), com o fim de assegurar a solução de conflitos judiciais por meio da conciliação e mediação.

"Os centros desburocratizam a justiça e facilitam o acesso do cidadão, pois funcionam com base na política proativa de conciliação, que deve ser

incentivada pelo Judiciário em todo o Estado, a exemplo do que vem sendo feito na gestão do presidente Guerreiro Júnior, que não tem medido esforços para a instalação dos mesmos", destacou o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, durante a inauguração.

Presente ao evento, o corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, disse que é necessária a mudança da cultura da judicialização de conflitos. "A conciliação é o melhor caminho para que as partes possam che-

gar a um acordo. É dever do magistrado incentivar a conciliação, pois dessa forma tempo e custos são reduzidos", enfatizou.

Parcerias- Na solenidade de instalação dos Cejuscs foi celebrado convênio entre o TJMA e a universidade Ceuma. Na ocasião, foi assinado também Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, por intermédio da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon).

Com a parceria, o Procon terá uma unidade de atendimento ao público nas dependências dos escritórios-escolas das unidades Renascença, Cohama e Anil do Uniceuma. Na segunda-feira (12), durante a instalação dos centros no Fórum "Desembargador Sarney Costa" e na Rua do Egito, foi assinado termo de compromisso entre o TJMA, a Defensoria Pública, a seccional da OAB e as empresas Vivo e Cemar, com a proposta de buscar entendimento consensual

dos conflitos.

De acordo com o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, o Judiciário vai fazer funcionar bem os quatro centros de São Luís e continuará dando a assistência necessária aos dois de Imperatriz.

Funcionamento - A sistemática de trabalho dos centros é bem simples. Se um cidadão tem um problema de ordem cível deve procurar a unidade de conciliação mais próxima ou marcar audiências pelo telefone (0800-707-1581), informando sobre a demanda, identificação própria e da parte contrária.

A unidade judiciária convida a outra parte para comparecer em data pré-agendada e informada em tempo hábil aos interessados. No local, as partes recebem orientação e decidem se querem ou não dar início à conciliação. Havendo acordo, é feita a homologação pelo juiz supervisor. O ato tem força judicial.

JAGUNÇOS DE LATIFUNDIÁRIOS E POLÍTICOS AMEAÇAM DE MORTE MAIS DE 10 MIL FAMÍLIAS

Diretores da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão reuniram ontem a imprensa para chamar a atenção de todos os segmentos da sociedade maranhense para os grandes avanços dos conflitos agrários no Estado, que podem ter consequências graves com muitas mortes. Os problemas que tomam proporções cada vez maiores já foram denunciados ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e Assembleia Legislativa do Estado pela Igreja Católica, pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Fetaema, Fórum Carajás e inúmeras outras entidades da sociedade civil organizada. Infelizmente, a vocação do governo estadual pelo agronegócio que não gera emprego, não promove desenvolvimento e oprime a agricultura familiar, concorre decisivamente para o aumento de conflitos e confrontos pela posse da terra e as desigualdades sociais tomam caminhos inimagináveis. Hoje a realidade indica que temos, um milhão e setecentos mil maranhenses na mais absoluta família, logo serão dois milhões com tendências de crescimento maior.

CODÓ GANHA DESTAQUE EM CONFLITOS

A Fetaema reuniu o seu Secretariado de Políticas Agrárias, Maria Lúcia Vieira; de Políticas Agrícolas e Meio Ambiente, Joaquim Alves; de Assalariados e Assalariadas, Ana Maria Oliveira, os assessores jurídicos Luis Antonio Pedrosa e Diogo Cabral e a Secretária Geral, Angela Maria Silva para dar um amplo destaque para o verdadeiro barril de pólvora em que foi transformado o município de Codó. Doze comunidades, a maioria de quilombolas, com famílias num total de 654 estão sob a mira de revólveres e escopetas de jagunços a serviço do deputado César Pires, líder do governo na Assembléia Legislativa do Estado e do ex-prefeito Biné Figueirêdo, sendo as ações concentradas nos povoados Santa Maria dos Moreiras e Puraqué, segundo denúncias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Há poucos dias as 33 famílias de Santa Maria dos Moreiras receberam uma liminar da Justiça de Codó garantindo a eles a permanência na área quilombola de 1.742 hectares, que o deputado César Pires se diz proprietário, mas sem documentação da cadeia dominial, segundo revelaram. Integram também os conflitos, as comunidades de Lagoa do Leme, Santa Joana, Três Irmãos, Monte Barro, Queimadas, Mata Virgem, Vergel, Santa Rita dos Moreiras e Buriti Corrente. Para que se tenha uma dimensão da realidade das forças de opressão aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o prefeito reeleito de Codó, Zito Rolim é integrante da lista suja do trabalho escravo, mesmo assim recebeu da Assembléia Legislativa do Estado, o título de cidadão maranhense. O ex-prefeito Biné Figueirêdo é também integrante da lista suja do trabalho escravo e o deputado César Pires é o líder do governo no legislativo estadual. Sobre eles pesam acusações de participação e proteção através de terceiros nos conflitos e as lideranças das comunidades decidiram denunciar mesmo sabendo que estão colocando em risco as suas vidas e dos seus familiares.

A MISSÃO POR VIDA DIGNA

Não podemos mais ficar calados, diante da opressão e jagunços nos ameaçando, as nossas famílias e causando terror nas crianças. Se necessário for preciso colocar a minha vida ao sacrifício para que a comunidade possa ter paz e viver com dignidade lavrando a terra para dela retirar o alimento de cada dia, estou disposto a tudo e não vou calar enquanto vida tiver e nem me dobrar aos jagunços de quem quer seja. A minha missão é de todos os quilombolas é a construção da paz gritando por justiça, afirmou Pedro da Silva, presidente da Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras. Para Mário Sérgio Moreira Queiroz, presidente da Associação Quilombola Bom Jesus, a minha vida e de toda comunidade é marcada pelo medo do terror e quem mais sofre são as crianças que em muitas casas chegam a ter pesadelos. Não queremos nada de ninguém, só o que legítimo nosso, advindo dos nossos antepassados. Afirmo aqui, que não recuaremos e se os latifundiários querem as nossas terras, vão ter que matar a todos moradores. Não tenho medo de mostrar a minha cara, uma vez que sou cidadão de bem e honrado, e o que muito me orgulha é fazer parte de uma comunidade de gente pobre e digna, afirmou o líder comunitário.

DENÚNCIA A ANISTIA INTERNACIONAL

Os conflitos agrários envolvendo comunidades quilombolas foram denunciados a Anistia Internacional e vários países do mundo já começam a cobrar providências ao governo brasileiro, diante da iminência de um confronto armado, até mesmo por se tratar do envolvimento de políticos, a polícia geralmente, quando não se omite manifesta-se a favor de quem emana do poder. A Fetaema através dos seus dirigentes deve continuar presente nas áreas de conflitos, no aguardo de ações imediatas do INCRA para a regularização fundiária, que requer urgência. Por outro lado, a Fetaema também já acionou a Contag e várias entidades estão fazendo gestões junto a direção nacional do INCRA para que a superintendência regional saia do marasmo em que se encontra e cumpra com a responsabilidade que lhes é devida.

TRABALHADORES DE CODÓ NO CORTE DA CANA EM SÃO PAULO

Com os avanços do latifúndio, retirando de milhares de famílias o acesso a terra e ao crédito para a pequena agricultura, milhares de trabalhadores rurais deixam o município de Codó e seguem para a região de Ribeirão Preto em São Paulo, conhecida como a Califórnia Brasileira. Lá são discriminados em relação aos trabalhadores já fixados. Ganham por produtividade no corte da cana de açúcar, o que os obriga a trabalhar com intensidade, e que chegou a causar a morte de inúmeros deles. No início do ano 2000, a Comissão Pastoral da Terra chegou a um levantamento de que mais de 30% de trabalhadores seguiam para São Paulo e Mato Grosso, deixando as suas famílias praticamente abandonadas. Alguns morreram, um número reduzido retornou bem sucedido, outros voltaram mais miseráveis, sem falarmos dos que romperam o contato com as famílias e nunca mais deram qualquer notícia. Infelizmente, o retrato de Codó não é diferente de muitos outros municípios maranhenses. Ao penalizar a pequena agricultura em favor do agronegócio que é o maior responsável pelos conflitos agrários no Maranhão, o governo acabou com a produção de alimentos. Depois do governo de Luis Rocha, quando o Maranhão foi o segundo produtor nacional de arroz, nada mais se produziu, importando-se tudo. Nos últimos cinco anos, por duas vezes, o Maranhão chegou a ser destaque no nordeste, por ter contratado o maior número de projetos para a agricultura familiar. Por falta de assistência técnica, a produção foi tão ínfima, que acabou endividando os agricultores familiares, tornando muitos municípios inadimplentes.

TAM é condenada a indenizar passageiro por atraso injustificado

4

TAM é condenada a indenizar passageiro por atraso injustificado

A TAM Linhas Aéreas foi condenada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a um advogado que perdeu a abertura de um congresso nacional da classe, chegando com 12 horas de atraso ao local do evento, realizado em 2008, na cidade de Natal (RN).

A decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi favorável em parte ao recurso de apelação do passageiro, elevando o valor da indenização, antes fixado em R\$ 3.500,00 pela Justiça de 1º grau. O entendimen-

to unânime do órgão colegiado foi de que houve atraso injustificado do voo referente à escala São Luís/Fortaleza.

A desembargadora Anildes Cruz (relatora) frisou que a responsabilidade da empresa é objetiva na situação, por envolver relação de consumo na modalidade de prestação de serviço público, conduzindo à aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Os desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Raimundo Barros concordaram com o valor fixado para pagamento dos danos morais.

De acordo com a ação ori-

ginal, o autor se inscreveu na XX Conferência Nacional dos Advogados, entre os dias 11 e 15 de novembro de 2008. Em seguida adquiriu passagem aérea da TAM, com destino a Natal. O voo partiria às 9h50 do dia 11, com destino a Fortaleza, onde o passageiro tomaria outro avião, com chegada prevista para as 14h na capital potiguar.

ATRASO - O advogado alegou que, quando já se encontrava no aeroporto de São Luís, foi informado de que, em razão de um suposto atraso do voo para a capital cearense, perderia a conexão Fortaleza/Natal.

 TRADE TURÍSTICO

Prefeitura de São Luís apresenta VIDEOMONITORAMENTO

As secretarias municipais de Turismo e de Segurança com Cidadania apresentaram, na manhã de terça-feira (13), no Hotel Grand São Luís, ações direcionadas ao setor turístico e à segurança patrimonial, da população e dos turistas que visitam o Centro Histórico ludovicense. Cerca de 40 pessoas estiveram no local.

Durante o evento, o secretário municipal de Segurança com Cidadania, Luiz Carlos Magalhães, destacou assuntos relevantes à segurança no Centro Histórico. Em outubro, foi inaugurada a Central de Videomonitoramento, com base na Setur, com 22 câmeras em 13 pontos distintos, contribuindo com o sistema de segurança pública da capital.

"Esse projeto foi concebido a partir de uma necessidade do próprio trade turístico e da comunidade, através das reclamações de turistas que eram vítimas de ação criminosa dentro do Centro Histórico. É um projeto integra-

do com a Polícia Militar, em que procuramos formar uma bolha de segurança pra que os visitantes do Centro Histórico se sintam seguros", explicou Luiz Carlos.

O encontro também mostrou um pouco das atividades promovidas pela Setur, além dos resultados de parcerias, participação em feiras, consolidação de programas turísticos e sociais, entre outras. O secretário municipal de Turismo, Liviomar Macatrão, elogiou o comprometimento dos presentes e ressaltou que só a união das esferas pública e privada elevará o turismo de São Luís a um lugar destacado no Brasil e no mundo.

"É muito gratificante ver que temos um empresariado interessado e participante. Trocar informações, interagir, receber e fazer críticas construtivas, sugerir, enfim, participar suas respectivas necessidades é fundamental para o bom andamento do setor turístico na nossa cidade", destacou o secretário.

AÇÕES INTEGRADAS -

O titular da Semusc destacou que a ideia desse trabalho foi, exatamente, criar uma bolha de segurança no primeiro módulo, onde se tivesse várias ações integradas. Teríamos o Videomonitoramento e também um grupo especial de resposta as Ações Preventivas desse trabalho. Para isso foi criado um Ponto da Guarda Municipal dentro do Mercado das Tulhas - um ponto estratégico, de onde os guardas municipais podem se deslocar para qualquer dos pontos mais visitados da cidade.

No primeiro módulo, foram instaladas 22 câmeras de videomonitoramento, con-



Durante o evento, Luiz Carlos Magalhães destacou assuntos relevantes à segurança no Centro Histórico

tribuindo assim com um sistema de segurança pública da Capital ainda mais eficiente. Ao entrar em visitação no Complexo, a partir da Casa das Tulhas, o turista pode ser monitorado até sua saída da  rea.

No caso de uma a o delituosa contra turistas, os três operadores de Segurança Pública de serviço na Sala de Videomonitoramento têm   sua frente o painel mostrando toda situa o que está acontecendo dentro do polígono. Esse complexo está montado no primeiro andar, onde também ficam os servidores.

A outra Sala   a de Situa o, onde os analistas -, numa situa o de necessidade, por pedido da Justiça, MP, Polícia Civil, que está fazendo investiga o e precisa saber o que aconteceu naquele dia, naquela imagem - podem fazer o tratamento daquela imagem, tirar do servidor e encaminhar aos órgãos que solicitarem. Basicamente, são estas as duas Salas que estão dentro

da Secretaria de Turismo para fazer a Central de Comando e Controle.

Dentro da Sala de Situa o, temos reuniões periódicas com os  rg os. Para isso foi fechada uma parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e com a Polícia Militar para ocupar as três baias. Através de rádio HT, o policial militar, da Companhia de Turismo, fica em contato com o trailler situado na área externa, e também com o pessoal que está fazendo o monitoramento.

A mesma coisa acontece com a Guarda Municipal de São Luís. "Nossas equipes estão com rádio, acompanhando a equipe de moto da GMSL e a equipe a p s, quando em uma situa o adversa, ou numa situa o que se possa agir antes que aconteça, o pessoal   acionado, via rádio, e a equipe vai para o local. Cada operador possui duas telas, onde pode acompanhar todas as câmeras ao mesmo tempo, ou pode identificar algumas câmeras e fazer a divi-

são. São duas baias ocupadas pela Guarda Municipal e uma pela Polícia Militar. Esse Sistema está ligado 24 horas, 365 dias ao ano. Inclusove a noite, permanece um operador de imagens de plantão, e também uma equipe de resposta com moto fazendo esse acompanhamento", explicou Luiz Carlos Magalhães.

ATRATIVOS - Durante a apresenta o, foi explicada, ainda, a situa o de duas obras que estão em andamento. A restaura o da Fonte do Ribeirão está adiantada e em ritmo acelerado, com previsão de entrega em dezembro. A outra   o Museu da Gastronomia, que também terá seu prédio entregue ainda este ano, além de seu plano curatorial consolidado.

"São duas obras que tere- mos o prazer de entregar até o fim da gestão. Temos convic o de que ultrapassamos vários percalços e tenho anseio por mais esta vitória, não para mim, mas para o povo de São Luís e seus visitantes", finalizou Liviomar Macatr o.

CIDADANIA

Codó recebe projeto Caravana da Liberdade na próxima semana

O município de Codó, distante 306 quilômetros de São Luís, vai receber na próxima semana o Projeto Caravana da Liberdade, uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão e Ministério Público do Trabalho em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES) e Secretaria de Estado da Igualdade Racial. Participam ainda do projeto o INCRA, PROCON, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, SINE, Senac, SENAI, Banco do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e as organizações não-governamentais ONG PLAN e Repórter Brasil. O projeto do governo do estado Viva do Cidadão integra a caravana. O projeto tem o apoio da Prefeitura Municipal de Codó.

Durante dois dias, representantes de órgãos públicos e de organizações não-governamentais estarão juntos promovendo

ações de prevenção e repressão aos trabalhos escravo e infantil. A comunidade também terá acesso a serviços e informações sobre seus direitos. Poderá receber Carteira de Trabalho (CTPS), CPF, carteira de identidade e registro de nascimento e fazer reclamações trabalhistas e denúncias de trabalho escravo ao Ministério Público do Trabalho.

A programação prevê ainda a realização de palestras e mesas redondas sobre trabalho escravo e infantil e outros temas; oficinas e cursos de capacitação. Estão previstas ainda reunião com sindicatos de trabalhadores rurais, gestores municipais; além de distribuição de material educativo sobre trabalho escravo e infantil, entre outras atividades.

As oficinas e cursos serão realizados no Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão (Cetecma); as mesas redondas e as palestras, no Salão do Júri (Fórum da Justiça Estadual) e escolas públicas. Haverá atividades, também, na Praça São Sebastião, onde será disponibilizado telão para apresentação de vídeos e filmes.

SÃO LUÍS

TAM é condenada a indenizar passageiro por atraso

A TAM Linhas Aéreas foi condenada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a um advogado que perdeu a abertura de um congresso nacional da classe, chegando com 12 horas de atraso ao local do evento, realizado em 2008, na cidade de Natal (RN).

A decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi favorável em parte ao recurso de apelação do passageiro, elevando o valor da indenização, antes fixado em R\$ 3.500,00 pela Justiça de 1º grau. O entendimen-

to unânime do órgão colegiado foi de que houve atraso injustificado do voo referente à escala São Luís/Fortaleza.

O advogado alegou que, quando já se encontrava no aeroporto de São Luís, foi informado de que, em razão de um suposto atraso do voo para a capital cearense, perderia a conexão Fortaleza/Natal.

O passageiro disse ter sido obrigado a tomar outro avião, com destino a Recife, onde deveria esperar por mais de sete horas a conexão para Natal. Ele afirmou ainda ter chegado ao destino final com

mais de 12 horas de atraso.

A TAM contestou os argumentos apresentados pelo autor da ação em primeira instância, por entender ter demonstrado que o cancelamento do voo se deu por motivos alheios à vontade da empresa e que o passageiro não teria conseguido apontar danos morais indenizáveis.

Responsabilidades - A desembargadora Anildes Cruz (relatora) frisou que a responsabilidade da empresa é objetiva na situação, por envolver relação de consumo na modalidade de prestação de serviço público, conduzindo à apli-

cação do Código de Defesa do Consumidor. Os desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Raimundo Barros concordaram com o valor fixado para pagamento dos danos morais.

De acordo com a ação original, o autor se inscreveu na XX Conferência Nacional dos Advogados, entre os dias 11 e 15 de novembro de 2008. Em seguida adquiriu passagem aérea da TAM, com destino a Natal. O voo partiria às 9h50 do dia 11, com destino a Fortaleza, onde o passageiro tomaria outro avião, com chegada prevista para as 14h na capital potiguar.

OPINIÃO

MAIS DE 14 MIL AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS NO MA

Na última quarta-feira (14), foi encerrada a VII Semana Nacional da Conciliação, projeto do Conselho Nacional de Justiça realizado em todos os tribunais brasileiros. **PAG. 02**

CONCILIAÇÃO

Mais de 14 mil audiências realizadas no MA

Na última quarta-feira (14), foi encerrada a VII Semana Nacional da Conciliação, projeto do Conselho Nacional de Justiça realizado em todos os tribunais brasileiros. Na Justiça estadual do Maranhão, mais de 14 mil audiências de conciliação foram de fato realizadas e quase quatro mil acordos homologados.

"Tínhamos em pauta mais de 20 mil audiências designadas. Destas, mais de 14 mil de fato ocorreram, um número bastante expressivo e satisfatório. Além disso, sabemos que conseguimos realizar acordos com planos de saúde, bancos e outras empresas, que normalmente não costumam aceitar os

acordos. Isto é um excelente dado", disse o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Carvalho Cunha, durante visita ao 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da capital, na Co-hab.

Os números, no entanto, ainda são parciais. Até a manhã desta quarta-feira, foram realizadas 14.463 audiências de conciliação, 525 audiências de conciliações pré-processuais e 3.985 foram homologados. Os acordos somados chegaram a uma quantia de R\$ 9.437.804,02.

"O importante não são os valores, mas o acordo em si. Queremos que as pessoas percebam que é importante dialogar antes de judicializar

qualquer questão. Conciliando, todos saem ganhando e economiza-se tempo e custos", completou o corregedor-geral Cleones Cunha, lembrando o slogan da Semana da Conciliação de 2012: "Quem concilia sempre sai ganhando."

Bons resultados - Para a coordenadora da Semana Nacional da Conciliação na Justiça estadual do Maranhão, juíza Márcia Cristina Chaves Coelho, outro ponto bastante positivo desta semana foi a participação de empresas demandadas, principalmente, nas questões do direito do consumidor. "Para nós, ter contado com essas grandes demandadas foi crucial. Elas avaliaram e nos

apresentaram casos que poderiam ter conciliação. Nós conversamos, as procuramos e o resultado foi satisfatório", ressaltou a juíza Márcia Chaves.

A coordenação da Semana Nacional de Conciliação da Justiça estadual, comandada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, ainda trabalha nesta quarta e quinta-feira para contabilizar os dados da semana no Estado. Até as 18h desta quarta-feira estão sendo realizadas audiências.

A Semana da Conciliação ocorreu em comarcas e varas de entrância inicial e intermediária, Juizados Especiais de todo o Estado e Varas Cíveis e de Família da capital.

SOLUÇÃO

Centros vão fazer acordos judiciais



Desembargadores Cleones Cunha e José Luiz Almeida

O Poder Judiciário instalou na última terça-feira (13) mais dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, desta vez nos campi I (Renascença II) e II (Cohama) do Uniceuma. Já estão em funcionamento os centros da Rua do Egito e do Fórum "Desembargador Sarney Costa" (Calhau), entregues segunda-feira (12), com o fim de assegurar a solução de conflitos judiciais por meio da conciliação e mediação.

"Os centros desburocratizam a justiça e facilitam o acesso do cidadão, pois funcionam com base na política proativa de conciliação, que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Estado, a exemplo do que vem sendo feito na gestão do presidente Guerreiro Júnior, que não tem medido esforços para a instalação dos mesmos", destacou o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, durante a inauguração.

Presente ao evento, o corregedor geral da Justiça, de-

seembargador Cleones Cunha, disse que é necessária a mudança da cultura da judicialização de conflitos. "A conciliação é o melhor caminho para que as partes possam chegar a um acordo. É dever do magistrado incentivar a conciliação, pois dessa forma tempo e custos são reduzidos", enfatizou.

Parcerias- Na solenidade de instalação dos Cejuscs foi celebrado convênio entre o TJMA e a universidade Ceuma. Na ocasião, foi assinado também Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, por intermédio da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon).

Com a parceria, o Procon terá uma unidade de atendimento ao público nas dependências dos escritórios-escolas das unidades Renascença, Cohama e Anil do Uniceuma. Na segunda-feira (12), durante a instalação dos centros no Fórum "Desembargador Sarney Costa" e na Rua do Egito, foi assinado termo de compromisso entre o

TJMA, a Defensoria Pública, a seccional da OAB e as empresas Vivo e Cemar, com a proposta de buscar entendimento consensual dos conflitos.

De acordo com o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, o Judiciário vai fazer funcionar bem os quatro centros de São Luís e continuará dando a assistência necessária aos dois de Imperatriz.

Funcionamento - A sistemática de trabalho dos centros é bem simples. Se um cidadão tem um problema de ordem cível deve procurar a unidade de conciliação mais próxima ou marcar audiências pelo telefone (0800-707-1581), informando sobre a demanda, identificação própria e da parte contrária.

A unidade judiciária convida a outra parte para comparecer em data pré-agendada e informada em tempo hábil aos interessados. No local, as partes recebem orientação e decidem se querem ou não dar início à conciliação. Havendo acordo, é feita a homologação pelo juiz supervisor. O ato tem força judicial.

Participaram da instalação dos Cejuscs o reitor do Uniceuma, Marcos Barros e Silva, as juízas Márcia Chaves (coordenadora dos Juizados Especiais), Francisca Galiza (auxiliar da Presidência), o juiz titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Nelson Rego, a secretária estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira, diretores e professores do Uniceuma.

Faltou, explicou

Mudou completamente o tratamento do comando do Tribunal de Justiça em relação à ausência de desembargadores nas sessões do Pleno.

Antes, desembargadores se ausentavam sem informar e ficava por isso mesmo. Agora, as ausências têm de ser informadas e justificadas.

O decano da Corte, desembargador Bayma Araújo, que tem alguns privilégios, tem dado o exemplo, comunicando e justificando ausência.

Cooperação

O juiz auxiliar Tyrone José Silva cumprirá o papel de juiz de cooperação do Tribunal Regional Eleitoral

A finalidade da Cooperação Judiciária é agilizar a comunicação entre os órgãos judiciais, de modo a melhorar a rotina forense.

Ontem, os juízes auxiliares Nilo Ribeiro (TJ) e Manoel Veloso (TRT) e o desembargador José Bernardo Rodrigues (vice e corregedor do TRE) se reuniram com Tyrone Silva para tratar sobre o assunto.

- **O presidente** do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, não permite mais a falta de quorum no Pleno. Na falta, ele nomeia substitutos na hora.

Já está desenhado o comando do Tribunal de Justiça do Estado para o biênio 2014/2015. Cleonice Freire sucede o presidente Guerreiro Júnior e Nelma Sarney, o corregedor Cleones Cunha.

Semana de Conciliação fez mais de 14 mil audiências

No Maranhão, número da campanha do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deste ano superou 2011, quando ocorreram quase 12 mil julgamentos. Mais de 20 mil audiências haviam sido marcadas para acontecer até ontem. **Geral 5**

14.463

Foi o número de audiências realizadas até a manhã de ontem no Maranhão.

3.985

Foi o número de acordos homologados pela semana no estado até a manhã de ontem.

Semana de Conciliação realizou mais de 14 mil audiências no MA

Durante sete dias de trabalho, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão homologou 3.985 acordos, que somaram R\$ 9,5 milhões em indenizações; número de processos julgados este ano superou a campanha realizada no ano passado

Jock Dean
Da equipe de O Estado

Com a realização de mais de 14 mil audiências de conciliação e quase R\$ 9,5 milhões em acordos homologados, terminou ontem, em todo o Maranhão, a VII Semana Nacional de Conciliação. Somente em São Luís, foram agendadas cinco mil audiências nos juizados especiais da capital. O número de audiências realizadas este ano superou 2011, quando ocorreram quase 12 mil julgamentos. A campanha organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem o objetivo de diminuir o estoque de processos na Justiça e conscientizar a população da importância do acordo e do diálogo.

A Semana Nacional de Conciliação foi criada pelo CNJ para motivar os tribunais a buscar entendimento entre as partes e fortalecer no país a cultura da resolução dos conflitos judiciais, por meio da mediação. As conciliações realizadas durante a Semana são as processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. Mas as conciliações pré-processuais ou informais, que ocorrem antes do processo ser instaurado, também são realizadas para evitar que novos processos cheguem à Justiça.

Este ano, a Semana Nacional de Conciliação teve o slogan *Quem concilia sempre sai ganhando* e começou no dia 7 deste mês, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo na Avenida dos Africanos, 200, no Bairro de Fátima. No Maranhão, mais de 20 mil audiências foram agendadas para ocorrer até ontem, último dia da campanha. Somente no primeiro dia, mais de 5 mil pessoas foram atendidas com a homologação de 724 acordos, e os valores somados chegaram a R\$ 979.185,64.

Este ano, mais de 80 magistrados, 149 conciliadores e 659 colaboradores trabalharam no evento em todo o estado. Para a juíza Márcia Cristina Coelho Chaves, coordenadora da Semana Nacional de Conciliação no Maranhão, o benefício de todo o trabalho foi para a população. "É o cidadão que ganha com a conciliação. Seja ele quem está propondo a ação ou quem está sendo reclamado. As empresas ganham também, porque conseguem resolver com mais rapidez essas questões na Justiça", afirmou.

Balanço - O corregedor-geral de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, fez um balanço positivo da campanha que, segundo ele, foi um sucesso. "Foram mais de 14 mil processos julgados, o que significa dizer que são 14 mil processos a menos na Justiça estadual. Isto garante menos trabalho para o nosso Judiciário, menos tempo gasto na resolução dos processos em andamento e, principalmente, menos custos para a Justiça", avaliou.

Os números ainda são parciais, mas até a manhã de ontem foram realizadas 14.463 audiências de conciliação e 525 audiências de conciliações pré-processuais e 3.985 acordos foram homologados. Os acordos somados chegaram a um montante de R\$ 9.437.804,02. Os números foram superiores à campanha realizada em 2011. No ano passado, foram marcadas 12.634 audiências das quais 11.647 foram realizadas com a homologação de 3.773 acordos que somaram R\$ 3.835.695,01.

Para o desembargador Cleones Carvalho Cunha, um dos pontos positivos da VII Semana Nacional de Conciliação foi a efetuação de acordos com empresas que normalmente não

aceitam esse tipo de decisão judicial. "Conseguimos realizar acordos com planos de saúde, bancos e outras empresas, que normalmente não costumam aceitar os acordos. Isto é um excelente dado", disse o corregedor-geral de Justiça, durante visita ao 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da capital, na Cohab, onde a campanha foi encerrada.

Um desses acordos foi a ação movida pelo metalúrgico Carlos Augusto Castro que teve o nome incluído no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) indevidamente. "O banco me cobrou um débito de cartão de crédito que eu já tinha pago, inclusive dentro o prazo de vencimento. Passei oito meses com o nome negativado. Decidi entrar com uma ação contra o banco, principalmente porque passei constrangimento ao tentar fazer compras e não conseguir por causa da inclusão do meu nome no SPC", informou. Além da retirada do nome do SPC, o metalúrgico receberá indenização por danos morais.

São Luís - A Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) agendou cinco mil encontros entre conciliadores e as partes envolvidas nos processos judiciais que corriam nos juizados especiais de São Luís. Outras mil audiências foram marcadas para as varas da capital. As sessões aconteceram em praticamente todas as unidades judiciais de entrâncias inicial e intermediária, além das Varas Cíveis e de Família e de todos os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da capital. O 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da capital, no Bairro de Fátima, entre acordos e sentenças, 570 processos foram solucionados. Segundo o juiz Osmar Gomes, que responde pela unidade, em termos de valores a soma

é de R\$ 1.914.479,70. "Só em acordos somam R\$ 311.299,06, afirmou o magistrado.

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da capital foi o que concentrou o maior número de sessões. No juizado, foram marcadas 810 audiências das quais, até a manhã de ontem, 711 tinham sido realizadas com a homologação de 136 acordos que somaram R\$ 271 mil. A juíza Maria Izabel Padilha, titular do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da capital, comentou que a maioria dos processos julgados durante a campanha foram contra bancos, empresas de telefonia e outras prestadoras de serviços. "Os acordos entre consumidores e prestadores de serviço foram o destaque desta campanha porque conseguimos fazer conciliações que demorariam muito tempo pelas vias normais, como processos contra a cobrança indevidas de tarifas bancárias", afirmou.

Campanha teve resultados positivos também no interior

A VII Semana Nacional de Conciliação também movimentou as comarcas do interior do estado. Na Comarca de Imperatriz, onde funcionam dois centros de conciliação, foram marcadas 1.209 audiências. Em Caxias, a semana está foi realizada na 1ª, 2ª, 4ª Varas e no Juizado Especial Civil. Somente na 4ª Vara foram marcadas 140 audiências, em que as principais ações são referentes a pensão alimentícia, divórcio e investigação de paternidade. Já na Comarca de Timon aconteceram um total de 274 audiências, apenas cinco a menos que o total designado. Foram efetivados 50 acordos que somaram R\$ 69.627,19.

Na Comarca de Santa Luzia do Paruá, um total de 285 audiências foram previstas para acontecer até ontem. Desse total, 261 processos que entraram em pauta são referentes à Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) e 23 processos da Justiça comum, incluindo atos agendados para hoje e amanhã. Na Comarca de Santa Inês, foram marcadas 177 audiências e mais 120 pedidos de exames de DNA. A maioria dos casos foram divórcios, pequenas indenizações, pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade.

A Comarca de São Domingos do Maranhão teve 426 audiências agendadas. Elas ocorreram no Fórum da Comarca, onde foram julgadas ações do Juizado Especial, Família, entre outras. Do total de audiências agendadas, 227 foram

para conciliação em Ações Monitorias e Execução de Título Extrajudicial que tiveram como uma das partes a agência local o Banco do Nordeste do Brasil. A parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil e o Poder Judiciário objetivava a negociação de dívidas com o banco - execuções referentes a microcréditos contraídos na instituição financeira.

Do início da Semana Nacional da Conciliação, dia 7, até o dia 11, a Comarca de São Mateus do Maranhão contabilizou R\$ 139.380,23 em acordos. O valor é referente aos 57 acordos civis resultantes das 318 audiências realizadas no período. Na comarca foram agendadas 435 audiências. Os três primeiros dias da campanha foram reservados para as audiências criminais, 105 agendadas e 84 realizadas; e Cíveis, 32 agendadas e realizadas. Já nos dias 10 e 11, das 224 audiências do Juizado Cível designadas, 202 aconteceram.

Um total de 196 audiências e 103 acordos foram realizados durante a Semana Nacional da Conciliação na Comarca de Passagem Franca que tinha 196 audiências marcadas. Das audiências efetivamente realizadas, 58 foram Cíveis, 52 do Juizado Cível e 72 do Juizado Criminal. O valor referente aos acordos foi de R\$ 83.019,00 (R\$ 13.767,00 na Justiça Cível Comum - 27 acordos - e R\$ 69.252,00 no rito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - 76 acordos).

Números



Direito do cidadão

Todo cidadão pode procurar a Justiça para reivindicar seus direitos, caso se sinta lesado ou ameaçado. A Conciliação é um deles, pois representa a resolução de um conflito judicial de forma simplificada para ambas as partes. Por meio dela, as partes comunicam ao tribunal onde o processo tramita a sua intenção de conciliar, ou seja, a vontade de fazer um acordo. Desse modo, é marcada uma audiência e, no dia agendado, as próprias partes, perante o conciliador acordam a solução mais justa para ambas. Conforme estabelece a Resolução Nº 125, do Conselho Nacional de Justiça, a intenção de conciliar pode ser manifestada nos Núcleos de Conciliação existentes nos tribunais brasileiros ou nos setores indicados pelos tribunais.



Flora Dolores

Audiência de conciliação, realizada ontem, da qual participou o metalúrgico Carlos Augusto Castro (d)



Diego Chaves

A senhora Maria José de Nazaré Nogueira assina termo de acordo em audiência na Semana de Conciliação



O desembargador Cleones Cunha fez um balanço positivo da campanha

“

O importante não são os valores, mas o acordo em si. Queremos que as pessoas percebam que é importante dialogar antes de judicializar qualquer questão. Conciliando, todos saem ganhando e economiza-se tempo e custos”

Desembargador Cleones
Carvalho Cunha,
corregedor-geral de Justiça
do Maranhão.

Justiça bloqueia FPM e Fundef de cinco municípios

Em apenas sete dias, cinco municípios maranhenses foram penalizados por medidas judiciais com o bloqueio total ou parcial de suas contas.

As decisões, de acordo com os magistrados, são para garantir o pagamento de vários servidores que estariam em atraso, a última delas em Vitorino Freire, cidade localizada a 309 quilômetros da capital.

No último dia 7, o juiz da 4ª Vara Cível de Timon, Simeão Pereira e Silva, determinou o bloqueio de 70% de todos os saldos das contas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do município, para garantir o pagamento dos vencimentos atrasados dos servidores públicos municipais, incluindo os débitos remanescentes do ano de 2011.

A ação judicial impetrada pelo Ministério Público foi motivada pelo débito que a prefeitura tem com os servidores da Saúde e da Educação, que corresponde a R\$ 5,6 milhões, incluindo salários não pagos referentes aos meses de junho e julho de 2011 e 2012, além do 13º de 2011.

Dois dias depois, 60% dos recursos do FPM de Estreito

também foram bloqueados pelos mesmos motivos. O juiz Gilmar de Jesus Everton Vale (1ª Vara da Comarca de Estreito) também determinou que a instituição financeira onde as contas do municípios estão depositadas, proibiu que o prefeito local realizasse saques em espécie das contas da prefeitura e que as movimentação das contas do município fosse realizadas somente por meio de cheques ou transferências bancárias, sempre preservando os valores para o pagamento dos servidores conforme determinado judicialmente.

No mesmo dia as contas de Santa Luzia e Alto Alegre do Pindaré também foram bloqueadas. Nos dois municípios os vencimentos dos servidores estariam dois meses atrasados, de acordo com as representações do Ministério Público.

No último caso, divulgado nesta quarta-feira (14), os recursos do FPM e Fundeb de Vitorino Freire foram bloqueados totalmente. Segundo a medida liminar, eles serão utilizados para colocar em dia o pagamento dos servidores municipais, que estariam atrasados a quatro, de acordo com a denúncia do Ministério Público.

NOTA SEMUS: suspensão da greve do Samu

A Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informa que, por decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, está suspensa a greve dos funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

De acordo com a determinação do juiz José Joaquim

Figueiredo dos Anjos, datada de 1º de novembro e entregue nesta Secretaria no dia 12 do mesmo mês, os funcionários devem retomar suas atividades no prazo de 10 dias – que culmina nesta sexta-feira, 16 – sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 50 mil, em caso de descumprimento.

Tyrone cumprirá papel de juiz de cooperação do TRE

O juiz auxiliar Tyrone José Silva (Corregedoria) cumprirá o papel de juiz de cooperação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A nomeação atende à Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça na Recomendação n.º 38, que orienta os Tribunais a adotarem mecanismos de cooperação, tais como os núcleos de Cooperação Judiciária e a figura do juiz de Cooperação. Na tarde desta quarta-feira (14), os juízes auxiliares Nilo Ribeiro e Manoel Lopes Veloso, respectivamente das presidências do Tribunal de Justiça do Maranhão e do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, se reuniram com o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues (vice-presidente, corregedor e ouvidor do TRE-MA) e com Tyrone Silva para tratar sobre o assunto. A finalidade da Cooperação Judiciária é institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros sujeitos do processo, não só para o cumprimento dos atos judiciais, mas também para a harmonização e agilização das rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária.

Prevenção e repressão aos trabalhos escravo e infantil

Codó recebe projeto Caravana da Liberdade na próxima semana

O município de Codó, distante 306 quilômetros de São Luís, vai receber na próxima semana o Projeto Caravana da Liberdade, uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão e Ministério Público do Trabalho em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES) e Secretaria de Estado da Igualdade Racial. Participam ainda do projeto o INCRA, PROCON, Defensoria Pública, Ministério Público

Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, SINE, Senac, SENAI, Banco do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e as organizações não-governamentais ONG PLAN e Repórter Brasil. O projeto do governo do estado Viva do Cidadão integra a caravana. O projeto tem o apoio da Prefeitura Municipal de Codó.

Durante dois dias, representantes de órgãos públicos e de organizações não-governamentais estarão juntos promovendo ações de pre-

venção e repressão aos trabalhos escravo e infantil. A comunidade também terá acesso a serviços e informações sobre seus direitos. Poderá receber Carteira de Trabalho (CTPS), CPF, carteira de identidade e registro de nascimento e fazer reclamações trabalhistas e denúncias de trabalho escravo ao Ministério Público do Trabalho.

A programação prevê ainda a realização de palestras e mesas redondas sobre trabalho escravo e infantil e outros temas; oficinas e cursos de capacitação. Estão pre-

vistas ainda reunião com sindicatos de trabalhadores rurais, gestores municipais; além de distribuição de material educativo sobre trabalho escravo e infantil, entre outras atividades.

As oficinas e cursos serão realizados no Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão (Cetecma); as mesas redondas e as palestras, no Salão do Júri (Fórum da Justiça Estadual) e escolas públicas. Haverá atividades, também, na Praça São Sebastião, onde será disponibilizado telão para apresentação de vídeos e filmes.

Feriado

Plantão judiciário funcionará quinta e sexta

As atividades judiciárias do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça serão suspensas nesta quinta-feira (15) – Dia da Proclamação da República – e na sexta (16), ponto facultativo em São Luís e nas comarcas do Estado.

Nesses dois dias funcionará apenas o plantão judiciário para recebimento de demandas de caráter urgente das áreas cível e criminal. Ficam suspensos os prazos processuais, sendo retomados no primeiro dia útil subsequente.

Responderá pelo plantão do 2º grau o desembargador Raimundo Melo. Os servidores plantonistas serão José de Jesus Costa (analista judicial) e Jean Gustavo Reis Algarves de Souza (oficial de justiça). O plantão funcionará com o seguinte telefone: (98) 8866-9274.

A suspensão do expediente forense nos dias 15 e 16 de novembro foi estabelecida pelo Ato da Presidência nº 991/2011, que relaciona os feriados nos órgãos do Poder Judiciário em 2012.

'Rosinha do Pó' é condenada a 14 anos de prisão por tráfico

Rosângela Andrea Carvalho, de 33 anos, conhecida como "Rosinha do Pó", foi condenada a 14 anos de prisão, por crime de associação para o tráfico. A sentença foi dada pelo juiz titular da 2ª Vara de Entorpecentes Itaécio Paulino da Silva. De acordo como o delegado Cláudio Mendes, Rosinha foi presa em abril deste ano, durante operação realizada pela polícia no Bairro da Jordoá, em São Luís. ÚLTIMA PÁGINA

ARQUIVO



Rosângela Carvalho, a 'Rosinha do Pó', foi condenada pela Justiça

‘Rosinha do Pó’ é condenada a 14 anos de prisão por tráfico

POR GABRIELA SARAIVA

Rosângela Andrea Carvalho, de 33 anos, conhecida como “Rosinha do Pó”, foi condenada a 14 anos de prisão, por crime de associação para o tráfico. A sentença foi dada pelo juiz titular da 2ª Vara de Entorpecentes Itacício Paulino da Silva.

De acordo como o delegado do Departamento Estadual de Combate a Narcóticos (Denarc), Cláudio Mendes, Rosinha foi presa em abril deste ano, durante a operação denominada “Pomar”, realizada pela polícia no Bairro da Jordoa, em São Luís.

Durante a operação, foi apreendido um quilo de crack e oito pessoas foram presas, em dias diferentes – entre elas, Rosinha, que estava com mandado de prisão decretado pela Justiça.

Segundo informou Cláudio Mendes, “Rosinha do Pó” era responsável pelo abastecimento das maiores “bocas” do Maranhão, e movimentava aproximadamente 10 kg de crack por semana.

Desde a sua prisão, seis meses se



Rosângela Carvalho, a ‘Rosinha do Pó’: condenação

passaram até que fosse julgada.

“Rosinha do Pó” já havia sido presa em 2010, também investigada por tráfico de drogas, e foi colocada em liberdade pela Justiça, após o fim

do prazo da prisão temporária.

O processo referente a 2010, segundo informou Claudio Mendes, ainda não foi julgado, e também corre na 2ª Vara de Entorpecentes.

JUSTIÇA DO MA CONDENA A TAM A IDENIZAR ADVOGADO

Passageiro perdeu Congresso em Natal após atraso de voo

A TAM Linhas Aéreas foi condenada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a um advogado que perdeu a abertura de um congresso nacional da classe, chegando com 12 horas de atraso ao local do evento, realizado em 2008, na cidade de Natal (RN). **PÁGINA 2**

TAM é condenada a indenizar passageiro por atraso injustificado

A TAM Linhas Aéreas foi condenada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a um advogado que perdeu a abertura de um congresso nacional da classe, chegando com 12 horas de atraso ao local do evento, realizado em 2008, na cidade de Natal (RN).

A decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi favorável em parte ao recurso de apelação do passageiro, elevando o valor da indenização, antes fixado em R\$ 3.500 pela Justiça de 1º grau. O entendimento unânime do órgão colegiado foi de que houve atraso injustificado do voo referente à escala São Luís/Fortaleza.

A desembargadora Anildes Cruz (relatora) frisou que a responsabilidade da empresa é objetiva na situação, por envolver relação de consumo na modalidade de prestação de serviço público, conduzindo à aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Os desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Raimundo Barros concordaram com o valor fixado para pagamento dos danos morais.

De acordo com a ação ori-

ginal, o autor se inscreveu na XX Conferência Nacional dos Advogados, entre os dias 11 e 15 de novembro de 2008. Em seguida adquiriu passagem aérea da TAM, com destino a Natal. O voo partiria às 9h50 do dia 11, com destino a Fortaleza, onde o passageiro tomaria outro avião, com chegada prevista para as 14h na capital potiguar.

Atraso – O advogado alegou que, quando já se encontrava no aeroporto de São Luís, foi informado de que, em razão de um suposto atraso do voo para a capital cearense, perderia a conexão Fortaleza/Natal.

O passageiro disse ter sido obrigado a tomar outro avião, com destino a Recife, onde deveria esperar por mais de sete horas a conexão para Natal. Afirmou ter chegado ao destino final com mais de 12 horas de atraso.

A TAM contestou os argumentos apresentados pelo autor da ação em primeira instância, por entender ter demonstrado que o cancelamento do voo se deu por motivos alheios à vontade da empresa e que o passageiro não teria conseguido apontar danos morais indenizáveis.

Juiz determina suspensão da greve dos funcionários do Samu

A Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informou ontem que, por decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, está suspensa a greve dos funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

De acordo com a determinação do juiz José Joaquim Figuei-

redo dos Anjos, datada de 1º de novembro e entregue nesta Secretaria no dia 12 do mesmo mês, os funcionários devem retomar suas atividades no prazo de 10 dias – que culmina nesta sexta-feira, 16 – sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 50 mil, em caso de descumprimento.



CARTAS AO DR. PÊTA

drpeta@box.elo.com.br
drpetta@gmail.com

Caro Dr. Pêta;

Essa carta é endereçada ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Em razão da ausência da juíza titular da Comarca de Mirinzal, que provavelmente entrará de licença gestante, os advogados militantes naquele Juízo estão sendo sensivelmente prejudicados, bem como os jurisdicionados com a tramitação morosa dos processos, considerando-se que o juiz substituto é da Comarca de Santa Helena-MA que dista 95 quilômetros da sede, quando existem comarcas mais próximas, como de Guimarães, Cedral e Cururupu, todas mais ou menos a uma distância entre 30 e 35 quilômetros.

Espero que o ínclito presidente examine a solução, e com certeza atenderá não só os operadores do Direito como os que buscam a prestação Jurisdicional.

*(José R. T. Goulart – Advogado,
Distrito Gurutil, Mirinzal-MA)*

Nota do editor – As cartas e e-mails endereçados ao JP e ao Dr. Pêta devem conter nome, endereço e o telefone dos respectivos autores.

SOBRE
↑

Foi encerrada, na última quarta-feira (14), a VII Semana Nacional da Conciliação, projeto do Conselho Nacional de Justiça realizado em todos os tribunais brasileiros. Na Justiça estadual do Maranhão, mais de 14 mil audiências de conciliação foram de fato realizadas e quase quatro mil acordos homologados.